



Elói Martins Senhoras

(Organizador)

ECONOMIA:

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO



Elói Martins Senhoras

(Organizador)

ECONOMIA:

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Economia: globalização e desenvolvimento

Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E19 Economia: globalização e desenvolvimento / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-555-3
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.553210710>

1. Economia. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 330

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de e-commerce, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A convergente dinâmica geoeconômica, identificada como globalização, trata-se de um fenômeno integrativo da economia no espaço, construído por meio de distintas ondas cíclicas de acumulação de longa duração no sistema capitalista desde o século XV, a despeito de divergentes vetores geopolíticos e geoculturais no sistema internacional.

Como fenômeno de curta duração, a globalização caracteriza-se nas últimas cinco décadas pelo aumento da interdependência econômica no mundo por meio da ampliação do sistema capitalista no globo por meio do retorno a uma agenda com predominância tecno-financeira de acumulação em detrimento das tradicionais agendas de acumulação produtiva.

Tomando como referência estas discussões, “Economia: Globalização e desenvolvimento?”, trata-se de um livro cujo instigante título tem como objetivo despertar questionamentos e uma ampla reflexão econômica para se delinear possíveis explicações sobre temáticas correntes de crescimento, desenvolvimento e crise no sistema de acumulação capitalista à luz das sincrônicas transformações em curso no mundo.

Escrito de modo colaborativo por um conjunto de pesquisadoras e pesquisadores brasileiros, mexicanos e portugueses, o presente livro reflete o sentido desenvolvimentista da globalização como fenômeno de ampliação das interações humanas, qualificando-se assim como uma obra que reflete e é reflexo do seu próprio tempo.

A estruturação desta obra é composta por 21 capítulos que abordam diferentes temáticas econômicas a partir de uma elástica espacialização que vai do local ao global, na periodização da conjuntura contemporânea, por meio de um plural recorte teórico-metodológico de profissionais com distintas *expertises* e formações acadêmico-profissionais prévias.

Caracterizado por uma abordagem exploratória, descritiva e explicativa quanto aos fins e quali-quantitativa quanto aos meios, este livro foca diferentes fenômenos econômicos e estudos de caso por meio de uma rica triangulação teórico-metodológica com base no levantamento e análise de dados primários e secundários e em diferentes paradigmas científicos.

Construído para estimular o espírito de reflexão e criticidade sobre a realidade econômica em um contexto de globalização, o presente livro de coletânea é indicado para um extenso número de leitores, justamente por apresentar uma didática leitura empírica que despertará o interesse, tanto, de um público leigo afeito a novos conhecimentos, quanto, de um público especializado de acadêmicos que busca dialogar com base em tradicionais e novas abordagens científicas.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO


CAPÍTULO 1..... 1

DINHEIRO: UMA REFLEXÃO HISTÓRICA E JURÍDICA NA ERA DO BITCOIN

Mateus Catalani Pirani

Matheus Muniz de Ávila Rodrigues

Daniel Stipanich Nostre

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5532107101>


CAPÍTULO 2..... 13

LAS TEORÍAS ECONÓMICAS QUE EXPLICAN LA GRIPE FINANCIERA EN ESTADOS UNIDOS Y LA PULMONÍA FINANCIERA EN MÉXICO

Rebeca Teja Gutiérrez

Nidia López Lira


Verónica Loera Suárez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5532107102>

CAPÍTULO 3..... 28

CONSEQUÊNCIAS DA CRISE FINANCEIRA NO EMPREENDEDORISMO

Hélio de Jesus Branco Corquinho Fernandes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5532107103>


CAPÍTULO 4..... 39

OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE IGUALDADE DE GÊNERO COMO FORMAS DE AÇÃO COLETIVA, ANTES DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÓMICAS, SOCIAIS E POLÍTICAS DE UM SISTEMA EM CRISE

Héctor Alberto Fernández Morales

Felipe Javier Haces Valdez

Javier Hernández Treviño


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5532107104>

CAPÍTULO 5..... 52

AN APPROACH TO CUSTOMER TRUST IN THE PORTUGUESE BANKING SYSTEM

António Cabeças

António Duarte Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5532107105>

CAPÍTULO 6..... 77

BANCOS DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: O CASO DO BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL

Diego Paschoal de Senna

Sandra Lúcia Videira Góis

Lisandro Pezzi Schimidt


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5532107106>

CAPÍTULO 7..... 88

DEVOPS FOR FINANCIAL COMPANIES: A LITERATURE REVIEW

Antônio Augusto Alves de Figueiredo

Vagner Luiz Gava

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5532107107>

CAPÍTULO 8..... 106


O CUSTO DE RESSEGURO NO MERCADO BRASILEIRO DE SEGUROS GERAIS ANTES E APÓS O TÉRMINO DO MONOPÓLIO

Claudio Rosa Mendes

Cecilia Moraes Santostaso Geron

Fabiana Lopes da Silva

Octavio Ribeiro de Mendonça Neto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5532107108>

CAPÍTULO 9..... 128


IMPACTO ECONÔMICO DA COVID-19 NO SETOR DE TURISMO DO MÉXICO

Artemio Jiménez Rico

Luis Gerardo Rea Chávez

Perla Cristina Laguna Córdoba

Karina Galván Zavala

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5532107109>

CAPÍTULO 10..... 141

O COMPORTAMENTO DO BRASILEIRO COM SEUS INVESTIMENTOS NO CONTEXTO DA COVID-19

Natalia Alves Tavares

Paulo Vitor Jordão da Gama Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55321071010>


CAPÍTULO 11..... 160

ORIGEM DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: POLÍTICA ECONÔMICA E PACTOS DE PODER

Bruno Saggiorato

Geizibel Julia Halas

Nilmar Rippel

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55321071011>

CAPÍTULO 12..... 172

PERCEPÇÃO DOS MORADORES VALE DO SÃO FRANCISCO REFERENTE AOS TIPOS DE INOVAÇÕES QUE OCORREM NO SETOR DO AGRONEGÓCIO NA REGIÃO


Murilo Campos Rocha Lima

Josefa Edileide Ramos Santos

Marcelo Costa Borba

Marília Rocha Amando


Thayana Carvalho Amorim Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55321071012>

CAPÍTULO 13..... 182

PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO FEIJÃO-FAVA (*Phaseolus lunatus* L.) NO PIAUÍ: UMA CULTURA DA AGRICULTURA FAMILIAR


Karla Brito dos Santos
Eriosvaldo Lima Barbosa
Angela Célis de Almeida Lopes
Regina Lucia Ferreira Gomes
Andreza Cavalcante Oliveira
Graziele de Sousa Reis

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55321071013>

CAPÍTULO 14..... 204

ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DO PREÇO DA CESTA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE DIANÓPOLIS-TO


Elismar Dias Batista
William Isao Tokura
Antônia Lilia Soares Pereira
Virgílio Lourenço da Silva Neto
Daniela Maria Santo Palmera
Letícia Alves Rocha
Jeidy Johana Jimenez Ruiz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55321071014>

CAPÍTULO 15..... 213

AVALIAÇÃO DOS DETERMINANTES DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA COMPARAÇÃO DAS MESORREGIÕES CENTRO-SUL E OESTE DO PARANÁ


Ikaro Tem Pass
Flávio Braga de Almeida Gabriel

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55321071015>

CAPÍTULO 16..... 229

EL EMPRENDIMIENTO EN LAS INSTITUCIONES DE EDUCACIÓN SUPERIOR


Mónica Leticia Acosta Miranda
Leonor Ángeles Hernández
Juan Mendoza Hernández
Liliana Camacho Bandera





 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55321071016>

CAPÍTULO 17..... 239

O CAPITAL HUMANO E A INOVAÇÃO COMO PEDRAS BASILARES DA ECONOMIA PORTUGUESA

Cátia Susana Bento do Rosário
António Augusto Teixeira da Costa
Ana Isabel Lorga da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55321071017>

CAPÍTULO 18.....	252
LA RELEVANCIA DE LA MUJER ARTESANA EN LA ECONOMÍA FAMILIAR DE LA REGIÓN MIXTECA	
Olivia Allende Hernández	
Celia Bertha Reyes Espinoza	
Liliana Eneida Sánchez Platas	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.55321071018	
CAPÍTULO 19.....	265
ESTRATÉGIAS DE ESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E LOGÍSTICO DE ZONAS RURAIS FRENTE ÀS DEMANDAS GLOBAIS: OS CASOS DAS ZONAS PRODUTIVAS DO CAFÉ DE MATA VERDE NO BRASIL E AS ZONAS DE PRODUÇÃO DE CHÁ DE NUWARA ELIYA NO SRI LANKA	
Carlos Andrés Hernández Arriagada	
Mariana Chaves Moura	
Paola Serafim Filócomo	
Luciana Junqueira Candido	
Edgar Roa	
Carlos Murdoch	
Paulo Roberto Corrêa	
Raquel Ferraz Zamboni	
Isabella Basile Sposito	
Eduardo Riffo Durán	
Nicolás Parra Urbina	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.55321071019	
CAPÍTULO 20.....	291
EFICÁCIA DOS MODELOS DE PREVISÃO DE FALÊNCIA EMPRESARIAL NAS EMPRESAS DE TRANSPORTES IBÉRICAS	
Mário Alexandre Guerreiro Antão	
Cândido Jorge Peres Moreira	
Catarina Carvalho Terrinca	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.55321071020	
CAPÍTULO 21.....	305
ASPECTOS METODOLOGICOS Y TÉCNICOS PARA LA ELABORACIÓN DE IMPUESTOS VERDES	
Rolando Ríos-Aguilar	
Raúl Rodríguez Vidal	
Víctor Pedro Rodríguez Vidal	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.55321071021	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	318
ÍNDICE REMISSIVO.....	319

CAPÍTULO 6

BANCOS DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: O CASO DO BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL

Data de aceite: 02/10/2021

Data de submissão 06/07/2021

Diego Paschoal de Senna

Mestrando programa de Pós-graduação em Geografia Unicentro – Universidade estadual do centro-oeste Guarapuava/PR
<http://lattes.cnpq.br/1141338449023858>

Sandra Lúcia Videira Góis

Professora do departamento de geografia Unicentro – Universidade estadual do centro-oeste Guarapuava/PR
<http://lattes.cnpq.br/0237513319955708>

Lisandro Pezzi Schimidt

Professora do departamento de geografia Unicentro – Universidade estadual do centro-oeste Guarapuava/PR
<http://lattes.cnpq.br/0707619030291379>

RESUMO: O presente trabalho vem abordar a importância da regulação de bancos de desenvolvimento para a economia de um país, com principal enfoque no Banco Regional de desenvolvimento do Extremo-Sul. Mas também não deixando de citar o principal banco de desenvolvimento nacional o BNDES e suas implicações na economia do país. A priori buscamos compreender o conceito de desenvolvimento regional, com ênfase nos principais fatores de crescimento econômico, organização de políticas públicas voltadas a infraestrutura e os incentivos fiscais. No decorrer da pesquisa deu-se enfoque também

na contextualização histórica de formação dos bancos de desenvolvimento, em escala mundial, nacional e estadual, com foco na criação do BRDE na região sul do País e seus impactos no desenvolvimento social e estrutural do estado.

PALAVRAS - CHAVE: Bancos de desenvolvimento; Sistema financeiro; BRDE; Paraná.

DEVELOPMENT BANKS IN BRAZIL: THE CASE OF THE BANK REGIONAL DEVELOPMENT OF THE FAR SOUTH

ABSTRACT: The present work approaches the importance of the regulation of development banks for the economy of a country, with focus on the Regional Development Bank of the Far-South. Also mentioning the main national development bank, the BNDES, and its implications for the country's economy. In first, we seek to understand the concept of regional development, with an emphasis on the main factors of economic growth, organization of public policies aimed at infrastructure and tax incentives. During the research, given focus to the historical contextualization of the formation of development banks, on a global, national and state scale, with a focus on the creation of the BRDE in the southern region of the country and its impacts on the social and structural development of the state.
KEYWORDS: Development banks; financial system; BRDE; Paraná.

INTRODUÇÃO

Os bancos, objetos de estudos na Geografia financeira, representam elemento fundamental para pensarmos os agentes organizadores e articuladores do espaço, atentando-se principalmente quanto ao papel das finanças para o desenvolvimento da economia capitalista. A fim de corresponder aos objetivos do trabalho, adentramos o campo das conceituações de desenvolvimento regional, buscando entender como se dá esse processo ao longo do espaço e a quais agentes esse fator favorece.

As políticas de desenvolvimento são umas das principais iniciativas com o objetivo de minimizar as disparidades socioeconômicas de um país. Desenvolvimento nunca deve ser confundido com crescimento econômico, pois este dá-se na relação dos meios de produção com o aumento e a queda do produto interno bruto (PIB) e a partir do crescimento econômico fica visível o desenvolvimento, levando em consideração sempre os recursos e benefícios obtidos para o investimento em determinada área de forma igualitária.

O desenvolvimento regional acontece principalmente a partir de dois setores: público e privado. Alicerçado a isto, os bancos de desenvolvimento encontram o principal fundamento para justificar sua existência, pois sua atuação é determinante nas políticas industriais, sociais e econômicas de um país. Atuando em setores estratégicos para com o desenvolvimento sócio econômico, os bancos de desenvolvimento tornam-se os principais parceiros do governo na implementação de políticas públicas.

Ao longo da história vários Estados brasileiros possuíam seus bancos de desenvolvimento, no entanto, diante a reestruturação bancária ocorrida nos anos 1990, vários deles foram extintos ou entraram em liquidação, a exemplo do Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A – BADEP, liquidado desde 1994.

Nesse sentido, esta pesquisa tem como propósito analisar o papel dos bancos de desenvolvimento no Brasil, em especial do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), criado em 1961, para atuar no desenvolvimento dos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, sendo um dos poucos bancos de desenvolvimento em atuação no Brasil.

DESENVOLVIMENTO

Costa (2005) define o conceito de desenvolvimento regional e o termo desenvolvimento como sendo a mesma coisa e pertencentes ao mesmo contexto:

Não há decisão — seja ela do tipo global ou setorial — cuja implementação não imponha a sua tradução no espaço, [...] o desenvolvimento passa pelo desenvolvimento regional ou, como na realidade tem de ser visto, desenvolvimento e desenvolvimento regional são apenas uma e a mesma coisa: todo o desenvolvimento tem de ser desenvolvimento regional. COSTA (2005 p. 477).

As transformações presentes no espaço dão-se a partir de uma série de fatores, a medida que a economia desenvolve-se a magnitude das transformações tende a alcançar uma estrutura produtiva mais estável.

Ao pensarmos sobre o conceito de desenvolvimento regional é preciso analisar uma série de fatores, dando ênfase na questão evolutiva dos centros econômicos e os principais meios que induzem isso, para a partir disso buscar entender esse conceito.

Ao buscar entender o conceito de desenvolvimento regional é preciso atentar-se ao crescimento econômico de determinada região, a organização de políticas públicas voltadas à infraestrutura e aos incentivos fiscais.

Aliado a isto, para entender o viés econômico de dada região é necessário dar enfoque aos meios de produção, já que serão estes que fomentarão e darão forma à economia.

É preciso ponderar também a quem beneficiará esse “desenvolvimento”, pois se não ocorrer uma distribuição equânime dos benefícios, os sujeitos com vulnerabilidade social serão os mais prejudicados, por isso a necessidade de estabelecer políticas de desenvolvimento que atendam toda a população.

As políticas de desenvolvimento poderão ser umas das principais iniciativas com o objetivo de minimizar as disparidades socioeconômicas de um país, ocorrendo a partir de iniciativas públicas ou privadas.

O setor público evolui através de políticas públicas, realizadas através da administração política, em uma relação entre estado e agentes sociais. Já o setor privado se alimenta através das linhas de crédito, em condições adequadas, disponibilizadas ao empresário a fim de viabilizar projetos econômicos com grande investimento e prazos de sazonalidade.

Conforme Beluzzo (1993, p.53), cabe “[...] ao Estado, em defesa dos interesses da coletividade, traçar estratégias para o desenvolvimento nacional, regional e setorial. Incumbelhe, ainda, estabelecer instrumentos financeiros adequados para viabilizar tais políticas.”

A elaboração e implementação de Políticas Públicas é tarefa do poder público, podendo ocorrer com a distribuição e redistribuição de poder, os processos de decisão e seus conflitos e também a repartição de custos e recursos para oferta de bens e serviços públicos (TEIXEIRA, 2002).

Normalmente as condições fiscais, matéria-prima, mão de obra, logística de distribuição, infraestrutura, entre outros, são os principais determinantes para a alocação do capital privado em determinado local.

A sistematização de Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional justifica-se a partir de uma tipologia de falhas de mercado (FIGUEIREDO, 2009), porque a este, por vezes, não interessa atender determinada demanda.

O trecho anterior fica mais claro, ao entender-se que a atuação do capital em

determinada localidade, inclusive uma região, é de acordo com o interesse de determinados grupos econômicos que serão favorecidos na mesma. Tais interesses geram conflitos, bem como disparidades sociais, cabendo ao Estado investir e preencher as lacunas na forma de políticas públicas, para que ocorra equidade.

MATERIAL E MÉTODOS

Para a coleta de dados, foram realizadas profundas pesquisas nos principais bancos de dados dos bancos de desenvolvimento citados no trabalho, bem também como a base referencial de outros colegas pesquisadores, através de artigos, teses, entre outros trabalhos. Por fim, foram analisados clássicos literários científicos que embasassem a área de abordagem da pesquisa. Tais dados foram tabulados e colocados em gráficos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a segunda grande guerra, a industrialização torna-se, principal tendência de modificação da estrutura econômica brasileira, substituindo assim as políticas de importação. A primeira experiência de delineamento de projetos desenvolvimentistas após a segunda grande guerra foi o plano SALTE (Saúde, alimentação, transporte e energia) no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946 – 1950).

Tratando-se de um programa com investimentos públicos, sua viabilização tornou-se irrealizável, devido à falta de recursos financeiros e a alta taxa inflacionária que o país enfrentava neste período.

Este dado é interessante pois, coincide com o período de criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) 1952, fato que comprova a necessidade de um banco de desenvolvimento nacional, pois era necessário criar novos meios de fomentar o desenvolvimento já que a natureza econômica pautada na importação era ineficaz.

Sendo assim cria-se a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, onde se estabelecem recomendações a respeito de ensino técnico, diversificação de exportação e a necessidade de superar as disparidades regionais. Reconheceu-se que só seria possível a realização destes projetos, através de recursos estrangeiros, advindos de outros países e agências internacionais, como são os casos do Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial (FMI, BM) e também recursos internos, como empréstimos.

A partir disso, o principal resultado da comissão foi a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), que em 1982 agregou a dimensão social em sua sigla que passou a ser BNDES.

A necessidade expansionista e a responsabilidade do governo em garantir esse processo, foi a bandeira do governo de Juscelino Kubitschek (1955-1961) que criou o Conselho Nacional de Desenvolvimento, responsável pela criação do Plano de Metas.

No caso, foram as metas de cinco anos para 30 setores básicos da economia,

abrangendo os setores de siderurgia, alumínio, cimento, celulose, mecânica pesada e química, que determinariam a propulsão para uma rápida industrialização.

No entanto, o rápido processo de industrialização nos anos de 1950 destaca alguns problemas: crescente queda das exportações de produtos agrícolas, inchaço populacional nos centros urbanos e inexistência estrutural de instituições financeiras que possibilitavam o desenvolvimento a indústrias de transporte rodoviário, que dependiam de petróleo. A efeito disto ocasiona-se uma série de problemas no final dos anos 1950: Forte crise cambial, inflação, instabilidade política, déficit público e exaustão da infraestrutura.

A principal questão a ser solucionada, a partir dos anos 1960, foi a reorganização econômica do Estado, abrangendo sua área de atuação, através de investimentos em energia (hidrelétricas, petróleo) comunicação (correio e telefonia) siderurgia, exploração mineral, transporte e saneamento básico.

No setor financeiro o Estado desenvolve uma estrutura de captação de recursos de âmbito regional, sendo criados o Banco Central (BACEN), Banco Nacional de Habitação (BNH) e diversos bancos de desenvolvimento estaduais e regionais. No passado, o papel dos bancos de desenvolvimento remetia-se ao financiamento de longo prazo aos setores prioritários ao desenvolvimento econômico, estabelecendo linearidade e políticas de crédito seletivo.

Currallero (1998) aponta para a existência de duas grandes fases vividas pelo BNDES durante o período 1952-1996, sendo a primeira fase marca os anos de 1952 a 1979, onde os principais elementos são: a forte presença governamental, as elevadas taxas de crescimento econômico e as políticas de financiamento e investimentos de capital estrangeiro.

A segunda fase é marcada pela perda de dinamismo do molde central dos bancos de desenvolvimento, passando a desconsiderar matrizes econômicas a serem seguidas, implementando um novo modelo, classificado como neoliberal, cuja característica principal dava-se na redefinição do papel do Estado e ampliação das funções da iniciativa privada.

No decorrer da segunda fase (1980 – 1996) os Bancos de Desenvolvimento, perderam de forma gradativa, sua função, sendo que inicialmente as estratégias de fomento desenvolvimentista, foram deixadas em segundo plano e as instituições redirecionaram suas funções a finalização de projetos em andamento e socorro financeiro a empresas em crise.

A partir da década de 1990, quando a prioridade política econômica baseava-se indubitavelmente em solucionar os problemas inflacionários, ocorreu a redefinição do papel dos bancos de desenvolvimento especificamente o caso do BNDES. Com o aumento crescente das políticas de abertura comercial e financeira, desregulamentação e privatizações, o banco passou a desempenhar papel fundamental como principal instituição articuladora e defensora das políticas de PND (Programa Nacional de Desestatização).

O fato anterior descaracterizou o BNDES enquanto instrumento público de

planejamento e financiamento das políticas desenvolvimentistas, sendo isso percebido nas diferentes gestões aos longos dos anos e a contextualização política da época.

O BNDES, entre os anos de 2008-2009, com o estopim da crise econômica imobiliária nos Estados Unidos, direcionou seus investimentos para a elevação das taxas de carteiras de crédito, seguindo um padrão de comportamento mundial, visando amortecer ou mesmo compensar a queda do crédito no mercado privado, evitando uma queda maior da demanda agregada.

O setor de infraestrutura sem sombra de dúvidas é o mais beneficiado pelo BNDES, sendo que no primeiro semestre de 2018 o banco destinou o equivalente a 39,7% dos desembolsos para esse setor, o que correspondeu a R\$ 11 bilhões sendo que os desembolsos somaram R\$ 27,8 bilhões nos seis primeiros meses de 2018. No semestre, as consultas por financiamentos atingiram R\$ 49,7 bilhões e as aprovações, R\$ 30,3 bilhões.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO-SUL (BRDE)

O BRDE foi fundado em 15 de junho de 1961 durante os governos de Leonel Brizola (RS), Celso Ramos (SC) e Ney Braga (PR), entendia-se na época a necessidade em desenvolver uma economia diversificada, rompendo a dependência do setor agrícola da economia no sul do país.

Começa-se então pensar maneiras de viabilizar tais medidas, aliando as políticas econômicas estaduais ao contexto geopolítico mundial, assim como o país num todo. A implementação do BRDE, visava apoiar e acompanhar o desenvolvimento de projetos e investimentos, atendendo a competitividade de empreendimentos de todos os portes nos três estados membros – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em março de 1961 realiza-se um encontro em Florianópolis, entre os governadores dos três estados membros com o então presidente Jânio Quadros, para discutirem tais medidas.

A ideia foi concebida com entusiasmo, porém foi no governo de João Goulart que o decreto autorizando o funcionamento foi confirmado. Assim em 22 de dezembro de 1961 funda-se a primeira agência do BRDE em Porto Alegre, em 1963 instaura-se uma base em Florianópolis e no ano seguinte 1964, em Curitiba.

Além do BRDE, um banco de desenvolvimento de escala regional, outros bancos de desenvolvimento estão presentes no país, sendo: O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG, que “é o agente financeiro do estado e apoia projetos de empresas de todos os portes e de vários setores” (BDMG, 2012, p.1); Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. - BANDES, instituição pública “cujo negócio é fornecer soluções financeiras e estratégicas para o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo” (BANDES, 2012, p.1); Banco do Nordeste do Brasil S.A (BNB), embora não apresente a denominação “desenvolvimento” em sua sigla, se caracteriza como uma instituição que promove o desenvolvimento regional, operando através de políticas públicas principalmente voltadas

ao microcrédito e indústria do turismo nordestino. “Sua visão é a de ser referência como agente indutor do desenvolvimento sustentável da Região Nordeste”, integrando aquela região na dinâmica da economia nacional (BNB, 2012, p.1).

Conforme Cunha (2002), o BRDE passou por dois momentos de crise: um deles no final dos anos 1980 e outro no início dos anos 1990, estando inclusive sob supervisão do Banco Central, vindo a sofrer ameaças de dissolução entre 1997 e 1998, período onde instaura-se políticas neoliberais no país e uma forte onda de privatizações de empresas estatais. Este quadro só veio a resolver-se a partir de 1999, quando a instituição recuperou sua capacidade de gerar resultados financeiros positivos.

Durante esse primeiro momento (2002 – 2010) de acordo com BRDE (2010), o setor industrial é o que manteve-se despontando frente a dinâmica de investimentos dos principais setores econômicos, mas com grande sinalização para o crescimento do setor agrícola nos anos que viriam, seguido pelo setor de comércio e serviços o Gráfico 1 nos permite analisar a evolução das contratações financeiras a partir dos estados da região sul:

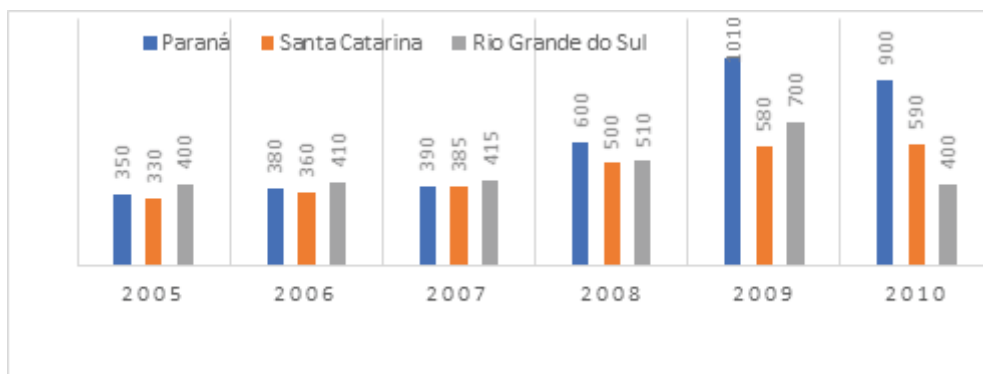


Gráfico 1 - Contratações de financiamentos pelo brde segundo estados da região sul - 2005 – 2010 (R\$ MILHÕES).

Fonte: relatório anual BRDE 2010.

Importante destacar que entre 2005 e 2007 os três estados mantiveram quase que uma regularidade no montante contratado em financiamento. Entre 2008 e 2009 ocorre um crescimento dos financiamentos em todos os estados com destaque para o Paraná. Em 2010 arrefecimento nos financiamentos.

Seguindo esse contexto e diante aos desafios do baixo crescimento econômico ao longo dos últimos anos frente a atual conjuntura política que o país enfrenta, para o BRDE o ano de 2017 foi um ano de superação e adaptação (BRDE, 2017, p. 1). De acordo com as políticas de preservação e manutenção de empregos, em 2017 o BRDE firmou contratos de reestruturação de dívidas na escala de R\$ 182,1 milhões, num total de 220 operações e de um total de 4744 clientes que realizaram operações de créditos com o banco, 79% eram de

micro, pequenas e médias empresas. Tais dados confirmam o compromisso do banco para com o desenvolvimento em empreendimentos de todos os portes.

Em 2015 o BRDE dá início a um projeto que apoia o poder público municipal de cidades da região Sul, projetos voltados a institucionalização e desenvolvimento da infraestrutura econômica social e turística dos municípios parceiros.

O objetivo é o de fomentar o desenvolvimento em áreas desfavoráveis a logística do capital e de integrar os grandes centros estaduais com o restante do território. Devido ao sucesso, em 2017 o projeto foi ampliado, através de um acordo com a FGV (Fundação Getúlio Vargas) objetivando a captação de financiamentos de fontes nacionais e internacionais. Esse incremento dá a possibilidade de atender demandas específicas das prefeituras, como administração de fundos e avaliação de imóveis. No estado do Paraná, os municípios amparados pelo programa são: Araucária, Campo Largo, Cascavel, Colombo, Guarapuava, Pato Branco, Quatro Barras, São José dos Pinhais e Umuarama.

Ao longo de 2017 os projetos apoiados pelo BRDE totalizaram um investimento de R\$ 4,07 bilhões nos estados da região Sul, gerando uma arrecadação adicional de ICMS de R\$ 359,1 milhões. Esses empreendimentos possibilitaram a criação e/ou manutenção de aproximadamente 33,1 mil postos de trabalho, dos quais 6,6 mil são empregos diretos (BRDE, 2017).

No ano de 2017 as contratações do BRDE atingiram um total de R\$ 2,2 bilhões, num total de 5137 novas operações de crédito, uma queda de aproximadamente 27% no valor contratado em 2016. O gráfico 2 nos permite analisar a evolução das contratações no período de 2010 a 2017.



Gráfico 2 – Evolução das Contratações de Financiamentos - 2010 - 2017 (R\$ MILHÕES).

Fonte: relatório anual BRDE 2017.

A carteira de crédito do BRDE é diversificada, em termos dos grandes setores, existe certo equilíbrio. Entretanto a grande maioria das atividades industriais e de comércio

e serviços está relacionado com a atividade agropecuária. Tanto na armazenagem de produtos quanto no fornecimento de insumos e equipamentos.

Do número total de clientes que usufruíram das políticas do BRDE no ano de 2017, 89,7% são produtores rurais sendo que destes 69,5% são mini e pequenos proprietários. Ou seja, a realidade do sul do país advém do viés econômico agrícola, tanto em bases industriais quanto para o setor de comércio e serviços. O investimento em infraestrutura se dará também a partir destes preceitos, dando suporte para a manutenção e fomentação da agricultura e seus derivados nos três estados.

Como já esperado devido as constatações dos gráficos anteriores, notamos a queda em relação ao investimento do BRDE ao longo dos últimos anos, e a variação clara da atenção dada ao setor agrícola perante os demais setores.

CONCLUSÃO

Concluimos que a atuação e regulação de bancos de desenvolvimento tanto em escala nacional como em escala estadual, caracterizam extrema importância para o ciclo “harmonioso” da economia, atuando principalmente como braço de apoio e suporte as instabilidades do mercado privado.

Se levarmos em consideração as questões geográficas do estudo, entendemos que o cerne financeiro visa atender as necessidades do capital e como sabemos o capital sustenta-se nas prerrogativas acumulativas. Todavia entende-se que através dessa maneira investe-se em setores “chave” para o desencadeamento de uma melhor qualidade de vida de toda população, ou pelo menos uma parcela dela.

Em seu estudo sobre o BRDE e o sistema bancário brasileiro (uma análise comparada), Cunha (2002) destaca que embora esta instituição seja de pequeno porte no contexto geral do sistema bancário nacional, seu desempenho comparado pode ser considerado positivo, porém por se tratar de um banco oficial especializado na oferta de crédito de médio e de longo prazos, seu principal objetivo é prover e estimular ações que resultem no crescimento socioeconômico de sua região.

A liberação de crédito do BRDE, além de estimular a produção, promove efeitos em variáveis macroeconômicas importantes para a promoção do desenvolvimento econômico, como renda e emprego.

Os principais investimentos como já destacamos ao longo do texto, são voltados ao setor agrícola da economia e o processo de desenvolvimento econômico pode ser caracterizado pela existência de incrementos positivos no produto e na renda que, conseqüentemente, impliquem melhorias qualitativas nas condições de vida da população.

Ao longo dos últimos anos percebemos queda relativa dos financiamentos, o fato se dá ao atual momento econômico e político que o país enfrenta. Os financiamentos de médio e longo prazos fornecidos pelo BRDE nos diferentes ramos de atuação do banco,

incrementam a produção, gerando novos empregos e conseqüentemente, elevando o valor de remuneração aos trabalhadores, o que aumenta a demanda final impulsionando novamente a produção e colocando a atividade econômica em um ciclo contínuo.

Confrontando a prerrogativa inicial, de quais são os verdadeiros beneficiados através das políticas desenvolvimentistas financeiras, chegamos à conclusão que o BRDE atende principalmente, médios e pequenos produtores do ramo agropecuário. Do total distribuído no último ano, cerca de 90% remete-se a este setor, dentre eles sendo a grande maioria pequenos e médios produtores, conforme comprovado nos dados abordados anteriormente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. R. N. de Economia monetária: uma abordagem brasileira. São Paulo: Atlas, 2009.

ALVES, A. F. et al. Assimetria de informações e o crédito rural brasileiro. Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR, Umuarama, v.4, n.1, p.79-90, jan./jun. 2003.

BNDES. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 3-26, dez. 1994.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). Bancos de desenvolvimento.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). Bancos múltiplos.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS (BDMG). Parceiro do desenvolvimento de Minas.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO (BANDES).

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (BNB). O Banco do Nordeste.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES).

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE). Conheça o BRDE.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE). Relatório de Administração. 2010.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE). Relatório de Administração. 2012.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE). Relatório de Administração. 2013.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE). Relatório de Administração. 2014.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE). Relatório de Administração. 2015.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE). Relatório de Administração. 2016.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE). Relatório de Administração. 2017.

CARRARO, Antônio F. Projeto conceitual de constituição de agência de fomento. Rio de Janeiro: ABDE, 1999.

COSTA, J.S. (Org.). Compêndio de economia regional. Lisboa: APDR, 2005.

CUNHA, A. M. O BRDE e o sistema bancário brasileiro - uma análise comparada. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.30, n.2, p.191-220, set. 2002.

FOCHEZZATO, A. Desenvolvimento regional: recomendações para um novo paradigma produtivo. 2010.

HADDAD, P. Perspectivas para as instituições financeiras de desenvolvimento no Brasil, Relatório de consultoria preparado para ABDE, dezembro, 1996.

JACOB, O. Reinventando os bancos de desenvolvimento no Brasil. Brasília: ABDE, 1998.

LECOQ, B. Des formes locales d'organisation productive aux dynamiques industrielles localisées: bilan et perspectives. In: RALLET, A.; TORRE, A. Économie industrielle et économie spatiale. Paris: Economica, 1995.

PINHEIRO, A. C. Privatização no Brasil: passado, planos e perspectivas. Brasília: Ipea, 1991. (Texto para Discussão, n. 230).

REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, Curitiba, v.34, n.125, p.141-161, jul./dez. 2013
HICKS, John. Ensaios críticos sobre teoria monetária. Barcelona: Ariel, 1975.

TORRES, E. T. Proposta Árida para o BNDES. Rio de Janeiro: BNDES, ago. 2005.

TORRES, E. T. BNDES e o financiamento do desenvolvimento, dez. 2012.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação coletiva 4, 39, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51

B

Banco 4, 4, 5, 8, 11, 18, 54, 68, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 139, 157, 211, 224, 226, 241, 242, 243, 318

Bitcoin 4, 1, 2, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12

Blockchain 2, 8, 12

BNDES 77, 80, 81, 82, 86, 87

Brasil 4, 5, 7, 4, 5, 9, 10, 11, 12, 45, 77, 78, 80, 82, 86, 87, 108, 109, 113, 114, 116, 117, 119, 121, 126, 130, 142, 144, 145, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 173, 175, 176, 181, 182, 184, 186, 188, 190, 191, 192, 193, 195, 200, 201, 202, 203, 214, 215, 224, 226, 228, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 276, 280, 288, 289, 290

BRDE 77, 78, 82, 83, 84, 85, 86, 87

C

Café 7, 175, 207, 208, 209, 210, 265, 266, 267, 268, 270, 271, 272, 274, 276, 277, 280, 281, 287, 288, 289, 290

Capital humano 6, 32, 161, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 224, 225, 227, 228, 239, 240, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 286

Capitalismo 39, 44, 46, 49, 50, 51, 162, 164, 166, 170

Cartão de crédito 6, 7

Cesta Básica 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211

Chá 7, 265, 266, 267, 269, 270, 271, 272, 274, 276, 277, 278, 280, 281, 282, 283, 284, 287, 288

Conhecimento 2, 10, 12, 29, 45, 50, 106, 107, 109, 115, 155, 156, 163, 166, 174, 177, 184, 211, 213, 215, 217, 218, 224, 225, 226, 227, 239, 240, 241, 242, 243, 249, 279

Consumidores 7, 9, 14, 109, 111, 119, 120, 174, 187, 197, 204, 206, 211, 263, 309

Consumo 9, 18, 22, 119, 120, 130, 131, 135, 136, 164, 176, 184, 186, 192, 196, 205, 211, 258, 268, 274, 280, 290, 308, 312, 314, 315

COVID-19 5, 128, 129, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 288

Crescimento 3, 3, 6, 28, 31, 32, 34, 35, 40, 41, 42, 53, 77, 78, 79, 81, 83, 85, 109, 128, 142, 143, 164, 166, 168, 174, 176, 180, 182, 185, 195, 196, 209, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 224, 225, 227, 228, 239, 240, 241, 242, 244, 245, 247, 248, 268, 276, 279, 284, 291

Criptomoedas 1, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 152

Crise 3, 4, 5, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 49, 50, 81, 82, 83, 142, 144, 145, 146, 149, 150, 151, 152, 154, 159, 162, 164, 165, 167, 168, 170, 225, 248, 249, 291, 292

D

Demanda 7, 79, 82, 86, 120, 122, 126, 138, 139, 175, 176, 200, 232, 278, 284

Democracia 43, 44, 45, 46, 50, 51

Desenvolvimento 1, 3, 4, 7, 1, 2, 3, 6, 11, 28, 33, 35, 41, 42, 43, 47, 53, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 107, 109, 111, 113, 157, 160, 161, 162, 163, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 179, 180, 184, 186, 200, 201, 202, 206, 207, 214, 215, 217, 218, 219, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 241, 242, 249, 265, 266, 267, 270, 271, 272, 276, 278, 279, 280, 282, 283, 284, 286, 287, 288, 318

Desindustrialização 5, 160, 161, 163, 164, 166, 170, 171

DevOps 5, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105

Dinheiro 4, 1, 2, 4, 8, 10, 11, 12, 108, 151, 154, 157, 158, 166

E

Economia 1, 3, 6, 26, 28, 29, 39, 40, 41, 42, 43, 52, 53, 75, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 85, 86, 87, 110, 111, 112, 113, 143, 145, 157, 160, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 175, 176, 180, 184, 201, 206, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 224, 226, 227, 228, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 249, 251, 264, 266, 270, 271, 273, 274, 277, 279, 282, 286, 291, 292, 302, 318

Educação 6, 33, 41, 42, 46, 49, 173, 210, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 239, 240, 241, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 251, 318

Empreendedorismo 4, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 230, 250

Empresa 4, 7, 9, 27, 108, 109, 114, 115, 116, 167, 174, 178, 229, 230, 231, 232, 235, 238, 244, 253, 254, 258, 261, 264, 267, 291, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 300, 301

Espanha 32, 33, 53, 296, 299

Estados Unidos 4, 4, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 36, 40, 41, 80, 82, 108, 114, 130, 145, 162, 167, 215, 270, 308, 315

F

Falência 7, 143, 291, 292, 293, 294, 296, 298, 299, 302, 303, 304

G

Gênero 4, 36, 39, 40, 42, 43, 45, 46, 49, 157, 185, 211

Globalização 1, 3, 6, 12, 45, 52, 162

I

Inovação 6, 1, 4, 6, 28, 32, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 184, 201, 218, 225, 239, 240, 241, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 284, 286, 288, 318

Insumos 85, 142, 166, 189, 210, 261, 266, 268, 269, 270, 284, 287, 288

Investimento 29, 33, 34, 78, 79, 84, 85, 109, 142, 143, 145, 148, 149, 150, 151, 152, 155, 156, 157, 168, 169, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 222, 223, 225, 226, 243, 274, 279

L

Logística 79, 84, 267, 270, 284

M

Marcas 2, 4, 12, 44, 204, 207, 211, 239, 242, 244, 247, 248

México 4, 5, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 39, 45, 48, 50, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 138, 139, 140, 229, 230, 231, 238, 252, 254, 264, 305, 307, 308, 310, 312, 313, 316, 317, 318

Modelo 8, 26, 43, 48, 74, 81, 98, 99, 103, 104, 106, 108, 112, 117, 126, 142, 145, 147, 167, 211, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 222, 223, 225, 239, 240, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 253, 254, 271, 293, 294, 295, 298, 299, 300, 301, 303, 304

Movimentos sociais 4, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 143

O

OCDE 33, 34, 129, 131, 132, 140, 241, 242, 243, 245, 250, 308, 309

Oferta 79, 85, 109, 115, 118, 126, 142, 173, 175, 198, 199, 200, 205, 209, 252, 258, 267, 269

OMT 128, 130, 131, 132, 136, 137, 138, 139, 140

P

Pandemia 5, 128, 129, 138, 139, 141, 142, 143, 146, 147, 148, 150, 153, 154, 155, 156, 249, 314

Paraná 6, 77, 78, 82, 83, 84, 160, 203, 213, 214, 215, 224, 226, 228

Patentes 218, 239, 242, 244, 248

Piauí 6, 182, 183, 185, 186, 188, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 197, 200, 203

PIB 13, 18, 20, 23, 24, 78, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 164, 166, 173, 214, 231, 244, 246, 247, 248, 268, 271

Portugal 28, 33, 36, 52, 53, 54, 55, 58, 60, 62, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 239, 240, 244, 248, 249, 291, 296, 299

Preço 6, 3, 34, 108, 112, 117, 142, 143, 145, 146, 182, 185, 186, 187, 189, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 204, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 216, 278, 280, 290

Produção 6, 7, 9, 29, 33, 34, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 78, 79, 85, 86, 110, 160, 161, 168,

173, 174, 175, 176, 177, 179, 181, 182, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 207, 209, 215, 217, 218, 225, 239, 241, 265, 266, 267, 268, 270, 271, 272, 274, 276, 278, 280, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 288, 290

Produtos 2, 3, 5, 6, 7, 9, 33, 81, 85, 107, 109, 111, 112, 142, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 164, 166, 174, 175, 176, 177, 187, 198, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 218, 242, 244, 270, 274

Q

Qualidade 6, 6, 32, 85, 89, 174, 197, 210, 213, 214, 215, 218, 219, 221, 222, 224, 226, 241, 242, 243, 246, 247, 266, 267, 271, 272, 292, 303

R

Resseguro 5, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127

S

Sri Lanka 7, 102, 265, 266, 267, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 276, 277, 278, 279, 281, 282, 283, 284, 287, 288, 289, 290


T


Transporte 2, 3, 46, 49, 80, 81, 131, 132, 134, 186, 197, 200, 254, 284, 314


Turismo 5, 83, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 254, 270, 283, 286



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

ECONOMIA:

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO



www.arenaeditora.com.br 

contato@arenaeditora.com.br 

@arenaeditora 

www.facebook.com/arenaeditora.com.br 

ECONOMIA:

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO